

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.706 - MG (2019/0284207-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : ALISSON DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, assim ementado:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 306 DO CTB - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO - INÉRCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DURANTE O PERÍODO DE PROVA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - NECESSIDADE. Havendo descumprimento das condições impostas ao acusado por ocasião da suspensão condicional do processo e o Ministério Público permanecido inerte durante o período de prova, impõe-se a extinção da punibilidade do réu.

V.V. - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO APÓS O PERÍODO DE PROVA - POSSIBILIDADE - MATÉRIA PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ - DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS — DECISÃO MANTIDA - ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - ANÁLISE PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO.

- O sursis processual é um instituto de política criminal, benéfico ao acusado, que proporciona a suspensão do curso do processo, mediante o cumprimento de determinadas condições legais, com o fito de atingir a extinção da punibilidade.

- O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas pelo Juízo a quo acarreta a revogação do benefício e o prosseguimento do feito conforme inteligência do art. 89, §4 1, da Lei n. 9.099/11, sendo devidamente respeitadas as regras do devido processo legal e da ampla defesa.

- A revogação do sursis processual pode ser realizada depois de findo o período de prova, se a desobediência às obrigações estabelecidas se deu durante seu curso, conforme jurisprudência consolidada do STJ.

- O Provimento-Conjunto n. 15/2010 não prevê a cobrança de custas quando se tratar de Recurso em Sentido Estrito em ação penal pública.

- Conforme entendimento adotado por esta egrégia Câmara Criminal, delega-se ao Juízo da Execução a análise do pedido de isenção das custas processuais, por não ser este o momento mais adequado para sua apreciação." (e-STJ, fl. 54)

Opostos aclaratórios, foram desprovidos, em acórdão com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO - REEXAME DE MATÉRIA JÁ ANALISADA - IMPOSSIBILIDADE.

1- Não havendo omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade no acórdão embargado, rejeitam-se os embargos declaratórios, mormente quando estes têm apenas finalidade de prequestionamento.

2- Os embargos de declaração não são a via própria para o reexame de matéria já analisada no acórdão." (e-STJ, fl. 89)

Nas razões do especial, aponta contrariedade ao art. 89, §§ 3º, 4º e 5º, da Lei n. 9.099/95, argumentando, em suma, que o descumprimento de condição para suspender o processo autorizaria a revogação do benefício, ainda que constatado após o término do período de prova.

Contrarrazões às fls. 119-125 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso (e-STJ, fl. 163-165).

É o relatório.

Decido.

No caso, verifica-se que o Tribunal de origem decretou a extinção de punibilidade do recorrido com base apenas na descoberta do descumprimento de condição suspensiva após o período de prova do *sursis*.

A propósito, confira-se trecho do voto vogal, acolhido pela maioria do colegiado:

"No caso em tela, observa-se que o recorrido aceitou a proposta de suspensão condicional do processo no dia 13/03/2014 (fl. 15-16), cujo prazo findou-se em 13/03/2016.

Ocorre que, somente no dia 26/10/2016, o Ministério Público requereu a revogação do benefício concedido ao réu por ter cometido novo delito no curso da suspensão bem como não comprovou o cumprimento da obrigação de realizar curso de reciclagem de legislação, primeiros socorros e direção defensiva (f. 22).

Como se vê, o Ministério Público ficou-se inerte durante o período de prova, sendo, portanto, necessária a extinção da punibilidade de Alisson dos Santos Barbosa. (e-STJ, fl. 66)

Nada obstante os judiciosos fundamentos apresentados pela Corte de origem, este Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso repetitivo, consolidou jurisprudência contrária às conclusões do acórdão impugnado, no sentido de que "[...] se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência." (REsp 1.498.034/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2015, DJe 02/12/2015).

Por oportuno, transcreve-se a ementa do referido precedente:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE PROVA. FATO OCORRIDO DURANTE SUA VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO MESMO QUE ULTRAPASSADO O PRAZO LEGAL. ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES JUDICIAIS EQUIVALENTES A SANÇÕES PENAIS. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Recurso especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. PRIMEIRA TESE: Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência. SEGUNDA TESE: Não há óbice a que se estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do sursis processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.

2. Da exegese do § 4º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 ('a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta'), constata-se ser viável a revogação da suspensão condicional do processo ante o descumprimento, durante o período de prova, de condição imposta, mesmo após o fim do prazo legal.

3. A jurisprudência de ambas as Turmas do STJ e do STF é firme em assinalar que o § 2º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 não veda a imposição de outras condições, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

4. Recurso especial representativo de controvérsia provido para, reconhecendo a violação do art. 89, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Lei n. 9.099/1995, afastar a decisão de extinção da punibilidade do recorrido, com o prosseguimento da Ação Penal n. 0037452-56.2008.8.21.0017." (REsp 1.498.034/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2015, DJe 02/12/2015, grifou-se).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para revogar a extinção da punibilidade e determinar o prosseguimento da ação penal n. 209.13.007644-8.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator